

UTILIZARAM-ME CONTRA A LUTA DO MEU POVO

20/7/82 ♦ Memórias de um homem que reconquistou um nome e uma pátria

N. Entrevista conduzida por Rogério Sítio

Mathauze Haússe, nome libertado a 11 de Maio passado. é o cidadão moçambicano a quem o colonialismo teimou chamar Alberto de Almeida House e que nessa reunião histórica entre a Direcção do Partido retomou o nome próprio, como milhares de outros compatriotas, a faculdade de gozo pleno da cidadania que comprometimento com o máquina colonial lhe cercara. Pela mão libertada de Mathauze Haússe chegou a Direcção do Partido a contribuição dos ex-

-comprometidos para apoio à realização do IV Congresso do Partido Freixo, entregue no último dia da reunião. Como foi que Mathauze Haússe chegou a esse compromisso, utilizado contra ele próprio pelo colonial-fascismo? Como encarou a reunião convocada pelo Partido e qual é o seu sentimento após o encontro? A estas e outras questões responde ele na primeira pessoa na entrevista que se segue.



Mathauze Haússe

A INFANCIA E O NOME

— Eu tinha nove anos quando foi construída a primeira escola na região onde nasci, Chicanga, na Província de Manica. A pedido do chefe de terras, apareceu o primeiro professor, exactamente na altura em que eu tinha a idade escolar. Meu pai mandou-me à escola com o nome que eu recabera à nascença; Mathauze Haússe, nome aliás que era do meu avô.

Aquele era efectivamente o nome pelo qual o jovem era conhecido no lar e entre os amigos de infância. Contudo não podia prevalecer na escola. E a coisa começa com o próprio professor e depois com os padres afluindo do baptismo.

— O professor disse que eu tinha de ter um nome «civilizado». Isto em 1945. Ele próprio escolheu-me um — Almeida. Assim passei a ser conhecido na escola por Almeida Mathauze. Quando em 1946 já estava preparado para o baptismo, chego à missão. All perguntam-me o nome e eu digo Almeida Mathauze e o padre diz: esse nome não é nome de nenhum santo. Escolhe outro. — Eu então no meio da atropalhão, sem nenhum vocabulário de nomes, penso no nome Alberto. Isto foi casualmente. Então ficou Alberto de Almeida Haússe.

Dal para a frente o menino Mathauze Haússe passou a ser Alberto de Almeida, nome com que veio a prosseguir estudos no seminário.

O COMPROMISSO

NOTÍCIAS — Como é que chegou ao compromisso?

MATHAUZE HAÚSSE — Na verdade, no tempo colonial beneficiei da aproximação de vários amigos então importantes ao mesmo tempo que os colonialistas se aproveitaram, a pouco e pouco, puxar-me para o seu lado e fazerem de mim um fantoche. Eles tentaram, aliás, fizeram tudo para me projectarem ao Mundo na tentativa de mostrarem que havia moçambicanos pretos a viver bem e que os movimentos de libertação não eram necessários ou não seriam necessários se todos os pretos fossem como eu. Eles queriam provar que o preto podia viver de igual para igual ao lado do branco. Como eu houve muitos.

— Sim mas no seu caso...

— No meu caso, tudo começou com um convite para um almoço de homenagem a delegações estrangeiras. Era a propósito dos Jogos Lusobrasileiros. Eu nunca participei nos Jogos mas fui convidado. Efectivamente eu não via na altura nenhuma projecção de âmbito político devido à pouca ou fraca capacidade de análise política que eu próprio tinha. Isto foi nos anos 68/69, trabalhava eu nos Serviços de Estatística.

Pouco tempo depois, fui novamente convidado a uma recepção já mais solena. Pediram até que eu fosse com «smoking». Como não tivesse, tive que comprar a prestação, é claro. Nestes locais convivia com figuras de renome social do colonialismo.

— Isso significa que só depois é

que veio a reflexão sobre esse passado?

— Certamente. Porque esses convívios eram para propagar e procurar convencer que o preto moçambicano era português, que nos sentíamos bem entre os brancos colonialistas, que quem estudasse e adquirisse «bons hábitos» à maneira como eles queriam, vivia bem. Esta atitude levou por objectivo e por esse preto ao movimento de libertação.

— Mas como faz a ligação concreta entre esses convívios e o comprometimento?

— A recepção de que falei era em honra de Marcelo Caetano. Ela marca de facto o início do meu comprometimento.

Aliás, essa recepção tem lugar em 1969, altura em que na minha cegueira política aceitei ir depositar um voto para a eleição de deputados. Para mim depositar voto era uma coisa normal. Então depusitei.

De qualquer maneira não se pode dizer que isto foi uma adesão inconsciente, pois ela foi realmente consciente, dentro do meu conhecimento das coisas que eu tinha então.

O PAPEL DA IGREJA

— Disse que tinha estudado nas missões e inclusivamente foi seminarista. Terá, certamente, conhecimento do papel de algumas personagens ligadas à Igreja no aliciamento e seu desencaminhamento da luta anticolonial?

— Não tenho uma experiência de tentativa de aliciamento directo. Mas tenho conhecimento de um caso que talvez se possa enquadrar nisso: o do Gwenjere.

Em 1963 tínhamos fortes suspeitas de que Gwenjere tinha ligações fora do Seminário de Namacha com pessoas que não eram de maneira nenhuma conhecidos por nós. Uma vez, para o cúmulo, trouxe um daqueles chapéus coloniais para se abrigar do sol já que nós tínhamos muito trabalho ao sol. Chegámos a tropeçar do homem denominando-o «xicolonha».

Um facto curioso e que sustentava as nossas suspeitas em relação a Gwenjere é que era o único que tinha uma bolsa oficial para passar férias fora da Namacha anualmente. Os restantes alunos só tinham esta possibilidade de três em três anos. Havia então a ideia generalizada de que ele tinha laços fortes com o arcebispo. Isto também porque Gwenjere mostrava-se ser um jovem inteligente. Soubemos que havia um casal português onde ele costumava hospedar-se. Desconfiávamos que era lá onde prestava informações sobre qualquer movimentação dos estudantes, qualquer relação com os movimentos nacionalistas ou outra actividade divergente da política colonial.

A REUNIÃO COM O PARTIDO

— Com todo o peso deste passado que de modo algum ficou tido histórico nesta conversa, como encarou a reunião com a Direcção do Partido em Maio último?

— Sinceramente, eu quando fui à reunião não fazia a mais ténue ideia do que seria. Cheguei a pensar que era só chegar ali e dizer — este fez isto, este continua renitente, não participa nas reuniões e na vida do seu local de trabalho e de residência; portanto vai para a cadeia — e outras coisas mais. Cheguei a pensar assim nestes termos.

— Porque?

— Por um lado, não sabia quais eram os relatórios que tinham sido encaminhados para o Partido a nosso respeito. Segundo porque penso que ninguém estava moralmente preparado para um trabalho tão excelente como aquele que de facto o Partido já planificara realizar ali com todos aqueles compatriotas.

— Então...

— Depois que entramos na reunião em que, durante cinco dias, o Senhor Presidente Samora Machel deu lições que a mim causaram-me grande orgulho, principalmente por saber que pertencio a uma grande Nação e estou integrado numa Revolução generosa, todos ganhamos uma nova visão, a visão real da Pátria moçambicana.

— Então passou a conhecer melhor os métodos de trabalho do Partido?

— Sim. Até porque depois da lição que conhecemos de outras revoluções, através do que disse o Presidente da República na reunião e

daquilo que eu próprio já conhecia, eu pessoalmente não sabia o que poderia acontecer.

— Quer dizer que temia fuzilamento?

— Sim, não punha de parte essa hipótese, principalmente para os casos de grandes comprometimentos. Mas isso veio também valorizar, para nós, as medidas tomadas. Eu falei com várias pessoas que, como eu, consideram as medidas tomadas pelo Partido como medidas de clemência. Não há aí nenhuma medida de carácter administrativo mesmo em relação aos que foram detidos para averiguações.

— Significa que concorda com as medidas tomadas?

— Perfeitamente. Aliás, veja uma coisa: Nenhuma das medidas se pode considerar ao nível do erro cometido. Elas só foram tomadas, quanto a mim, como expressão mais alta, expressão máxima de clemência do Partido Freixo. Dai que devemos, como disse Sua Excelência o Presidente, assumir a responsabilidade que agora nos cabe e ter sempre em conta que o que aconteceu para que voltássemos a ser cidadãos livres é uma peculiaridade da Revolução moçambicana.

— Agora como pensa fazer para seu engajamento absoluto?

— A partir da reunião eu pude ver, vejo o campo em que a nossa Revolução está a caminhar. Portanto, aqui não há mais palavras nem mais medidas. Ou a gente engaja-

se totalmente ou a gente continua sem engajamento na Revolução. Isso quer dizer que com a consciência que eu ganhei tive, em primeiro lugar, a preocupação de melhorar os conhecimentos que tinha sobre como se processa uma revolução socialista e passar do conhecimento à convicção. Em segundo lugar assumir os novos valores que essa revolução traz...

— É dizer, estar à disposição...

— Exactamente. A disposição é uma entrega total e disponibilidade absoluta para todas as tarefas que o Partido possa indicar. Eu até já me integrei à tarefa do Ensino para formação da Juventude. Estou a leccionar História e Português na Escola Secundária da Matola. Também sempre uma queda por este trabalho e penso que com a ajuda dos meus colegas posso ser mais útil ensinando. Também espero vir a estar a qualquer momento como membro da ONP.

— O ensino já foi uma escolha?

— Sim. Eu é que pedi para me transferirem da Secretaria de Estado do Trabalho. Só que efectivamente com esta retirada das Inspecções que sobre nós pesavam, para mim a libertação tem um peso maior. A partir dela cada um deve pensar como um moçambicano verdadeiramente colocado perante a responsabilidade de participar de forma exemplar naquilo que o desenvolvimento do País exige.

Eu reconheço que é esta a oportunidade de corresponder a esse gesto do Partido Freixo, corresponder como um moçambicano completo.